



**SBSP 2016**  
XI Congresso da Sociedade  
Brasileira de Sistemas de Produção

**“Abordagem sistêmica e sustentabilidade:  
produção agropecuária, consumo e saúde”.**

06 a 08 de Julho de 2016

Universidade Católica de Pelotas/UCPel  
Pelotas - RS

**PRODUÇÃO, MODO DE VIDA E SINGULARIDADES: O CASO DAS  
COMUNIDADES INDÍGENAS DA ETNIA WAI WAI EM RORAIMA\***

*PRODUCTION, LIFE STYLE AND SIGULARITIES: A CASE OF THE INDIGENOUS  
COMMUNITIES OF THE WAI WAI ETHNIA IN RORAIMA STATE, BRAZIL*

**PORTO, Rafael Gastal<sup>1</sup>; MENEGHETTI, Gilmar Antônio<sup>2</sup>; SILVA, Lindomar de  
Jesus de Sousa<sup>2</sup>; WAI WAI, Miguel Wepaxi<sup>3</sup>; MESSIAS, Ozélio Izidorio<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisador da Embrapa Roraima, BR 174, Km 8, Distrito Industrial, Caixa Postal  
133, Boa Vista, RR, CEP 69301-970

<sup>2</sup> Pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental, Rodovia AM 010, Km 29, Estrada  
Manaus/Itacoatiara, Caixa Postal 319, Manaus, AM, CEP 69010-970

<sup>3</sup> Chefe de Desenvolvimento da Política Indigenista, Secretaria de Estado do  
Índio/Governo Estadual de Roraima, Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, Bairro  
dos Estados, Boa Vista, RR, CEP 69305-455

<sup>4</sup> Secretário de Estado, Secretaria de Estado do Índio/Governo Estadual de Roraima,  
Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, Bairro dos Estados, Boa Vista, RR, CEP  
69305-455

**rafael.porto@embrapa.br\*\*; gilmar.meneghetti@embrapa.br;  
lindomar.j.silva@embrapa.br; miguel\_waiwai@hotmail.com;  
ozeliomacuxi2015@bol.com.br**

**\*\*E-mail para contato/correspondência**

*\*O presente relato constitui uma parte da reflexão do Grupo de Pesquisa: Agricultura familiar, inovação, sustentabilidade e ruralidade – Embrapa/CNPq*

## **Resumo**

O presente artigo procura abordar as características de produção e as contribuições das comunidades indígenas da etnia Wai Wai no estado de Roraima. Primeiramente, traz um recorte do processo histórico da região e procura focar no modo de vida, de produção, saber local e conhecimento tradicional associado desse povo indígena, o qual compõe a agricultura familiar brasileira. Especificamente, no caso do estado de Roraima, o qual em termos relativos é o que apresenta o maior número de indígenas, bem como, de terras indígenas, essa abordagem é de extrema relevância para dar visibilidade a tão importante categoria social que contribui, fortemente, com a produção de farinha de mandioca e de castanha do Brasil. Para tanto, se fará uma descrição da realidade desses indígenas, suas potencialidades e gargalos para um processo de desenvolvimento rural mais homogêneo com vistas à sustentabilidade dos povos indígenas da Amazônia.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Amazônia Legal; Roraima; Comunidades indígenas; castanha do Brasil

## ***Abstract***

*This paper aims to address the characteristics of the agriculture production and its contributions at the indigenous Wai Wai ethnic group communities in the state of Roraima. First it brings a clipping from the historical process in the region and seeks to focus on their way of life, production, local wisdom and associated traditional knowledge these indigenous people, who are part of the Brazilian family farming. Specifically, in the case of the state of Roraima, which in relative terms is the one with the largest number of indigenous as well as indigenous lands, this approach is extremely important to give visibility to this social category that contributes strongly with cassava flour and Brazil nuts production. Therefore, it will make a description of the reality of these indigenous, their potential and bottlenecks for a more homogeneous rural development process with a view to the sustainability of indigenous people of the Amazon.*

**Key words:** Family Farming; Amazon Region; Roraima State; Indigenous communities; Brazil nut

## **1. Introdução**

O Brasil, segundo dados do IBGE, é um país onde a agricultura familiar representa ao redor de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais, portanto, respondendo por 84,4% do total do universo de estabelecimentos no país. Nessa categoria social da agricultura familiar se incluem pequenas e médias propriedades, assentamentos da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outras formas de manifestação (IBGE, 2006).

A agricultura familiar no Brasil, nos últimos anos, tem despontado como uma das categorias sociais que se apresenta com grande representatividade e impacto em termos econômicos, não somente na produção de alimentos, bem como, na geração de fibras e energia, rendas não agrícolas, entre outras; sem falar da questão cultural, ou seja, em uma forma própria de se fazer agricultura atrelada a um modo de vida característico de base de economia familiar (EMBRAPA, 2014). Além disso é grande geradora de emprego e renda e de manutenção da população no meio rural.

Nessa perspectiva, estudos mais atuais apontam para cenários mais amplos de abrangência da categoria da agricultura familiar para outras dimensões que devem ser atendidas, haja vista o rol de políticas públicas dos últimos 20 anos que tem centrado foco no desenvolvimento rural sustentável das regiões e localidades pelo país afora, respeitando suas idiossincrasias e peculiaridades das “agriculturas familiares”.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro e foi criada pela Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, sendo a coordenadora e executora da política indigenista do governo federal. Sua missão institucional é proteger e defender os direitos dos povos indígenas no Brasil, bem como, promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras, tradicionalmente, ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados, bem como, promove políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI fomenta ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

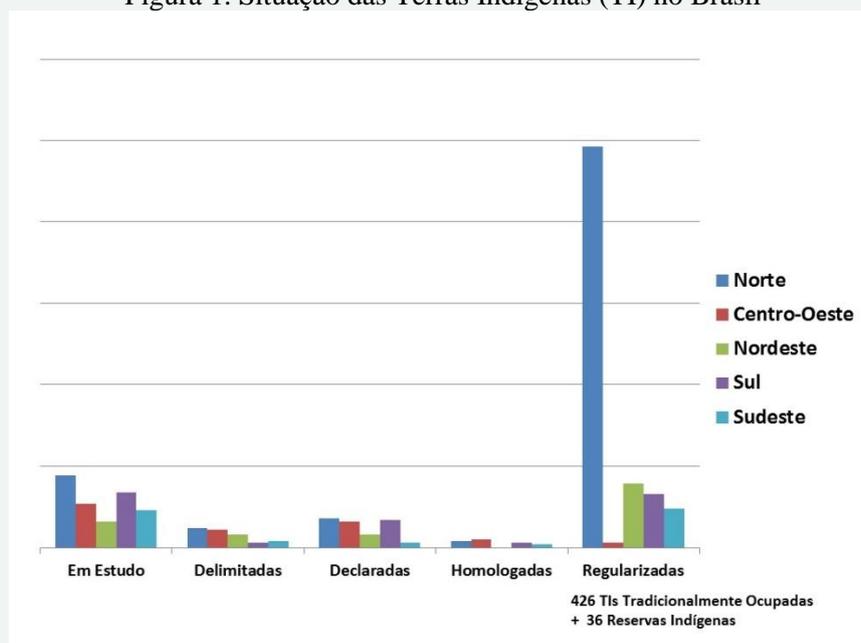
Com base nessas realidades, o Brasil é um país que apresenta um grande contingente de populações indígenas, nas mais diversas regiões do país, com suas particularidades atreladas a biomas, culturas e formas próprias de produção e reprodução social. O estado de Roraima está dentro desse cenário e, em termos relativos, é o estado federativo que mais apresenta indígenas, bem como, terras indígenas.

## 2. Antecedentes

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

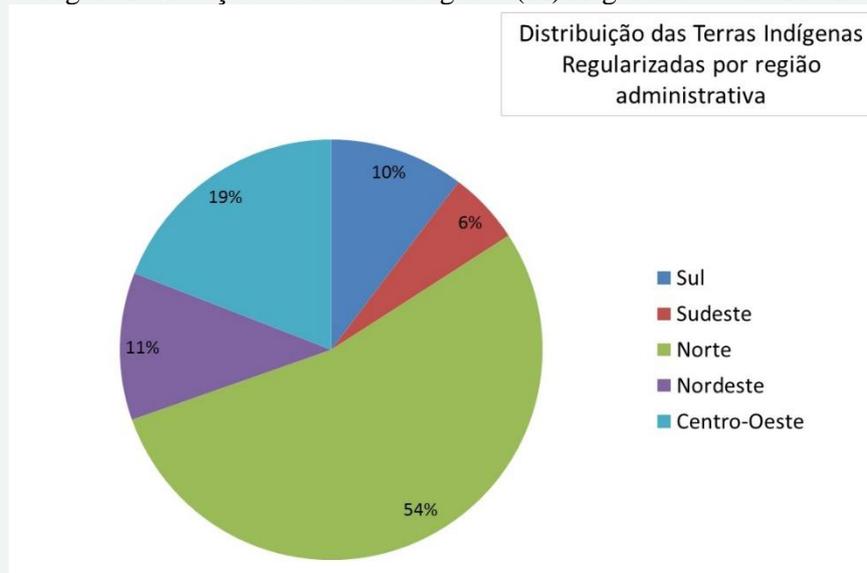
Atualmente existem 462 TI regularizadas (Figuras 1 e 2) que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas TI, iniciadas pela FUNAI, principalmente, durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do país.

Figura 1. Situação das Terras Indígenas (TI) no Brasil



Fonte: IBGE (2010)

Figura 2. Situação das Terras Indígenas (TI) Regularizadas no Brasil



Fonte: IBGE (2010)

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população brasileira é de 190.755.799 milhões de pessoas, sendo que destes, 817.963 mil são indígenas (Figura 3) e sua distribuição por região (Figura 4), representando 305 diferentes etnias e 274 línguas faladas, sendo que cerca de 17,5% não fala a língua portuguesa. Revelou ainda que um total de 37,4% dos indígenas com 05 anos de idade ou mais falavam uma língua indígena. Esses percentual sobe para 57,3% quando se considera somente aqueles que vivem nas TI, bem como, aumenta para 28,8% aqueles que não falam a língua portuguesa. Isso denota importante papel desempenhado pela língua no tocante às possibilidades de permanência das características sócio culturais e de valorização dos estilos de vida dos indígenas.

Ainda de acordo com o Censo, da população atual indígena de 817.963, 502.783 vivem na zona rural e 315.180 nas zonas urbanas. O IBGE revelou que em todos os estados da federação, inclusive no Distrito Federal, há populações indígenas. A FUNAI também registra 69 referências de indígenas ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista (IBGE, 2010).

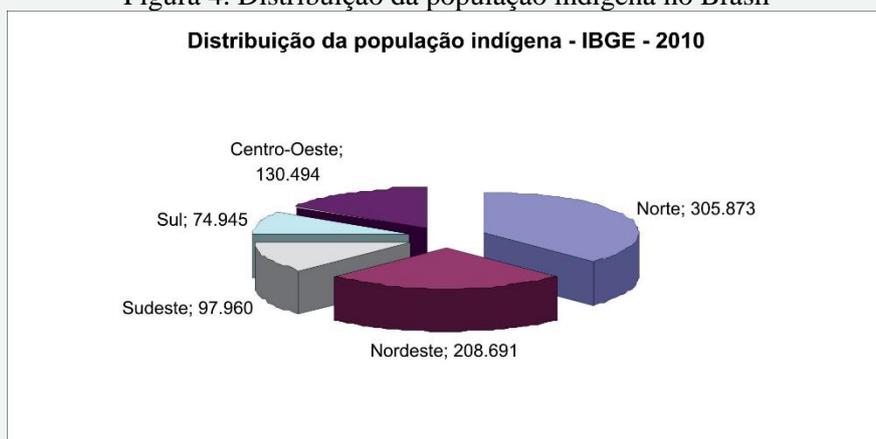
Esta população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e, garantir, às próximas gerações, melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de drogas, exploração de trabalho,

inclusive, infantil, mendicância e êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades, entre outros problemas graves.

Figura 3. População indígena no Brasil



Figura 4. Distribuição da população indígena no Brasil



Nesse contexto, inaugurou-se um novo marco constitucional que impôs ao Estado o dever de demarcar as terras indígenas e implementar de forma mais efetiva a política indigenista, considerando os espaços necessários ao modo de vida tradicional, culminando, na década de

1990, no reconhecimento de terras indígenas na Amazônia Legal, como, por exemplo, as terras indígenas Yanomami (AM/RR) e Raposa Serra do Sol (RR).

Os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões brasileiras, sendo que a Norte (Figura 5) é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil (37,4% do total).

Figura 5. Distribuição da população indígena na região Norte do Brasil



Fonte: IBGE (2010)

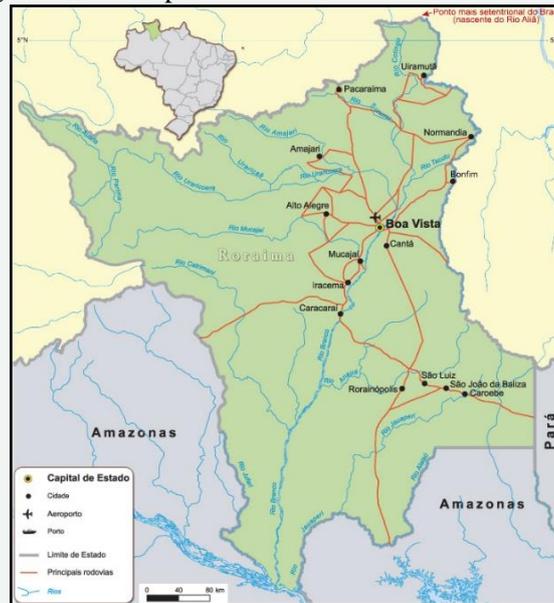
### 3. Descrição da região

O estado de Roraima está situado na região Norte do país, sendo o mais setentrional da federação (Figura 6). Possui 1.922 km de fronteira com países sul americanos, sendo a Venezuela ao norte e noroeste e a Guiana Inglesa a leste. No Brasil faz limite com o Amazonas ao sul e oeste e com o Pará ao sudeste.

Roraima apresenta uma população ao redor de 505.665 habitantes, sendo o menos populoso do país e com menor densidade demográfica (2,25 habitantes/km<sup>2</sup>). Sua capital Boa Vista tem uma população de 330.199 habitantes (65,3%) e é a única totalmente localizada no hemisfério norte.

Possui 224.298,898 km<sup>2</sup> de área, sendo que, aproximadamente, 104.018 km<sup>2</sup> são áreas indígenas, representando quase metade do território do estado (46,37%). A área de preservação ambiental (APA) no estado, de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também é extensa, sendo 18.879 km<sup>2</sup>, um total de 8,42%. Por este motivo, Roraima é o estado brasileiro com o segundo maior percentual de território ocupado por áreas protegidas (Foto 1), ficando atrás apenas do Amapá.

Figura 6. Municípios e rodovias do estado de Roraima



Fonte: Wikipédia (2015)

Foto 1. Vista aérea de áreas protegidas em Roraima



Fonte: autor

O relevo é bastante variado, junto às fronteiras da Venezuela e Guiana Inglesa situam-se as serras de Parima e Pacaraima, onde se encontra o Monte Roraima com 2.875 m de altitude. De uma forma abrangente, o relevo presente no estado é de predominância plana. Aproximadamente 60% da área possui altitudes inferiores a 200 m, 25% se eleva para uma média entre 200 e 300 m, 14% de 300 a 900m e somente 1% detêm elevações da superfície superiores a 900 m. Existem, ainda, duas estruturas geomorfológicas: o planalto ondulado e os escarpamentos setentrionais, que fazem parte do Planalto das Guianas. O seu planalto ondulado é um grande pediplano formado por maciços e picos isolados e dispersos (IBGE, 2006).

Em Roraima predomina o clima equatorial e tropical úmido. A temperatura média varia de 20 °C em pontos de relevos com maiores altitudes e 38 °C em áreas de relevo suave ou plano. O

índice pluviométrico na parte oriental é ao redor de 2.000 mm. Na parte ocidental é de, aproximadamente, 1.500 mm. Na capital e em áreas próximas os índices atingem até 2.600 mm. Nessa região, a estação seca é bem definida (outubro a abril).

Seu território é fartamente irrigado por 14 rios e sua extensa hidrografia faz parte da bacia do Rio Amazonas e da sub bacia do Rio Branco (45.530 km<sup>2</sup>), sendo o maior e mais importante do estado. Este rio é um dos afluentes do Rio Negro, sendo que grande parte dos rios da região possui uma farta quantidade de praias, ideais para o turismo e lazer. Além disso, existem rios de corredeiras localizados ao norte do estado, sendo que estes são uma opção para a prática de esportes náuticos/aquáticos. Quase todas as fontes hídricas tem sua origem dentro de seu território, com exceção de dois rios com nascentes na Guiana. Todos os rios roraimenses desaguam na Bacia Amazônica (IBGE, 2006).

Roraima apresenta três tipos de coberturas vegetais, sendo todas bem distintas. Ao sul do estado encontra-se uma floresta tropical densa e abundante entrecortada por rios caudalosos com ricas fauna e flora. Na região central, há o predomínio dos campos gerais, lavrados ou savanas, existindo ainda lagos, riachos e igarapés. A vegetação vai mudando e se tornando menos densa em direção ao norte. Esta é uma região de serras, acima dos 1.000 m de altitude com temperaturas que variam de 10 a 27 °C. De uma forma abrangente, na parte ocidental e meridional prevalece a Floresta Amazônica, enquanto que na região centro oriental é caracterizado por formações arbustivas e herbáceas, como as campinas e os cerrados.

Em termos de economia do estado, detém o menor Produto Interno Bruto (PIB) entre os estados brasileiros, apesar das altas taxas de crescimento. Seu PIB em 2013 foi na ordem de R\$ 9.027.000,00 bilhões, representando 0,15% do PIB brasileiro. O estado apresentou crescimento anual na ordem de 7,65%, com isso, sendo o de maior crescimento econômico no Norte do país. O PIB per capita roraimense é o segundo maior de sua região (R\$ 18.495,80) atrás somente do PIB amazonense. Em âmbito nacional o estado ocupa a 13ª posição estando 25,9% abaixo da média nacional e 15,9% acima da média regional. O setor primário de Roraima encontra-se, atualmente, em desenvolvimento, sendo que obteve um crescimento de 4,8% respondendo por 6,4% do PIB do estado. Segundo o IBGE (2006) existem no estado 10.260 estabelecimentos agropecuários legalizados, sendo 10.082 de caráter individual e 178 em formato consorcial, os quais ocupam 1.645.219 milhão hectares. Há, ainda, o registro de 10 cooperativas agropecuárias legalizadas divididas em 3.160 mil hectares. Também há 10.310 estabelecimentos informais, sendo 8.993 administrados por homens e 1.317 por mulheres. Estes espaços informais ocupam 7.379 mil hectares. Quanto aos assentamentos sem

titulação definitiva foram contabilizados 568 unidades nesta condição, sendo 483 de propriedade de homens e 85 de mulheres distribuídos em 44.230 mil hectares. As lavouras permanentes respondem por 3.216 unidades que ocupam 50.669 mil hectares. Já as temporárias estão concentradas em maior número com 3.689 unidades distribuídas em 58.322 mil hectares (SEAPA/RR, 2014).

Em relação a empregados, cerca de 29.513 pessoas trabalham, formalmente, em estabelecimentos agropecuários, sendo em sua maioria homens (19.413). Ainda em 2006, em termos de rebanhos, haviam 480.704 mil bovinos, 314.076 mil aves, 42.970 mil suínos, 25.659 mil ovinos, 20.644 mil equinos, 5.963 mil caprinos, 562 muares, 234 asininos e 105 bubalinos (IBGE, 2006).

#### **4. Justificativas**

Nesse contexto, a partir do ano de 2008 a Embrapa Roraima começa a intensificar o trabalho com os indígenas do estado de Roraima, priorizando as áreas indígenas, bem como, procurando abarcar essa temática via projetos específicos para tal categoria social. Assim sendo, em 2010 uma emenda parlamentar foi aportada na Embrapa Roraima para o Projeto Valorização da Agricultura Indígena (VAI) que procurou trabalhar na perspectiva das demandas tecnológicas das comunidades indígenas do estado com um rol de opções aos sistemas de produção adaptados à realidade local e cultural dos indígenas, nomeadamente, a cultura da mandioca, pimenta e a criação de peixes.

Desde agosto de 2008 que os indígenas da etnia Wai Wai fundaram a sua associação denominada Associação dos Povos Indígenas Wai Wai (APIW) com a finalidade de representar os interesses das oito (08) comunidades indígenas que compõe os povos da etnia Wai Wai no estado de Roraima. Esse ato de criação, em assembleia, ocorreu na comunidade Jatapuzinho, pertencente ao município de Caroebe, na qual a diretoria teria mandato de três (03) anos. Um dos pontos principais levantados foi a importância da APIW na tentativa de solucionar o problema do escoamento e comercialização da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), que é a principal fonte de renda desses indígenas.

Concomitante a esta iniciativa, a partir do final do ano de 2013 se começou também uma importante estratégia de trabalho, articulação e organização dos agricultores familiares por meio da parceria da Embrapa Roraima e FETAG-RR com a constituição e criação dos Fóruns de Agricultura Familiar de Roraima, onde atualmente, contempla os 15 municípios do estado

(Figura 7), sendo que alguns deles, são eminentemente, fóruns indígenas em função das características dos municípios, como, por exemplo, Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Figura 7. Fóruns de Agricultura Familiar de Roraima



Fonte: Embrapa Roraima (2014)

Os Fóruns de Agricultura Familiar de Roraima são um espaço de discussão, encaminhamentos e implementação de ações e de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do território rural de Roraima, formado por diversas entidades, organizações e instituições da sociedade civil organizada e dos poderes públicos municipais, estadual e federal que trabalham e/ou representam a agricultura familiar no estado. Nessa instância são mobilizadas a comunidade por meio de seus representantes, ou seja, se tem a participação dos agricultores familiares, técnicos, líderes comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, movimentos sociais, ONG's, pesquisa, ensino/universidade, assistência técnica e extensão rural. Suas demandas (tanto tecnológicas quanto não tecnológicas) devidamente registradas, organizadas e priorizadas são encaminhadas aos devidos órgãos competentes de acordo com o problema a ser solucionado em um visão mais macro do “rural” em termos de projetos e de percepção mais abrangente das instituições públicas enquanto agentes de desenvolvimento.

O relato de experiência que irá se descrever ao longo deste artigo se remete a participação de algumas instituições, nomeadamente, da Embrapa Roraima, Funai e Secretaria Estadual do Índio (SEI) que estiveram, à convite, de 12 a 15 de maio de 2015, na comunidade Jatapuzinho para a Assembleia Extraordinária da APIW com o intuito de acompanhar a posse da nova diretoria, esclarecimentos sobre a situação atual da associação, suas principais demandas e possíveis encaminhamentos junto à comunidade de forma participativa.

## 5. Descrição da experiência

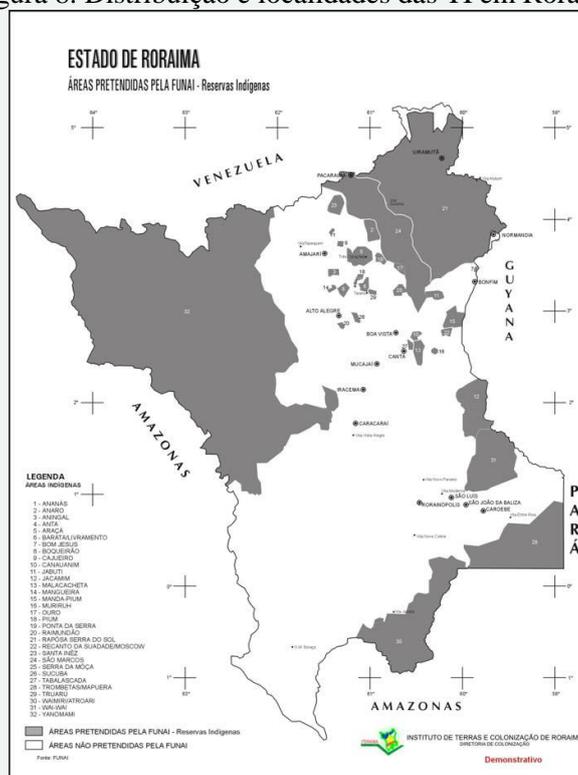
Para conhecimento do cenário que irá se tratar neste relato, se faz necessário e importante descrever a realidade a qual se estará focando o objeto de análise. Para tanto, em um primeiro momento se esboçara (Tabela 1) a situação e a realidade sobre a qual se discorrerá no que tange à distribuição de terras do estado de Roraima. Especificamente em relação às TI (Figura 8) se observa sua distribuição no estado e localidades.

Tabela 1. Distribuição das Terras do Estado de Roraima

	Ha	%
<b>RORAIMA</b>	22.429.898	100,00
<b>Reservas Indígenas - FUNAI</b>	10.401.800	46,37
<b>Áreas de Preservação - IBAMA</b>	1.887.999	8,42
<b>Área do Estado</b>	2.241.180	9,99
<b>Área da União (Áreas remanescentes, Imóveis Rurais e Assentamentos – INCRA)</b>	7.624.218	33,99
<b>Área do Exército</b>	274.700	1,22

Fontes: INCRA/FUNAI/IBGE/IBAMA (2010)

Figura 8. Distribuição e localidades das TI em Roraima



Fontes: FUNAI/ITERAIMA (2010)

Em especial à etnia Wai Wai esta é composta por oito (08) comunidades que estão localizadas em duas TI – Trombetas/Mapuera e Wai Wai – (Tabela 2). As principais atividades ligadas à questão agrícola estão relacionadas a coleta de castanha do Brasil e a farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), as quais são comercializadas em cidades próximas. No caso da castanha se irá explorar melhor os dados de produção, no entanto, a produção de farinha de mandioca gira, em média, ao redor de 600 sacos/mês (Foto 2), atualmente, a um preço médio de R\$ 200,00/saco. Outras produções também são trabalhadas, no entanto, com um grau de importância menor do ponto de vista de comercialização, sendo que muitos destes produtos servem de base para a alimentação para as próprias famílias nas comunidades.

As produções secundárias são: banana, batata doce, cupuaçu, caju, cacau, mamão, laranja, limão, açaí, buriti, pupunha, côco, cará, cana de açúcar, abacaxi e algodão, sendo que, basicamente, estas culturas são para o consumo próprio das famílias indígenas em suas comunidades e o excedente, quando há, é comercializado em pequena escala nas cidades mais próximas. Da mandioca brava fazem beiju, farinha (Foto 3) e bebidas à base de tapioca (caxiri). Da castanha uma pequena parcela é destinada ao consumo próprio da comunidade onde são feitos a paçoca, leite, mingau, beiju e doce. Também a caça (jacaré, paca, iguana) e pesca compõe a dieta alimentar dos indígenas, bem como, exploram peixes ornamentais e o cipó títica. Nas comunidades indígenas onde existem escolas as mesmas são amparadas pelo governo do estado com gêneros alimentícios para a merenda escolar (feijão, arroz, massa, café, etc.) com a entrega via aérea (Fotos 4 e 5) com certa periodicidade.

Tabela 2. Terras Indígenas da Etnia Wai Wai no Estado de Roraima

<b>Terra Indígena</b>	<b>Etnia</b>	<b>Município</b>	<b>Superfície (ha)</b>	<b>Situação</b>	<b>Ato Legal</b>
Trombetas/Mapuera	Wai Wai	Caroebe	663.775 <b>(3.970.420)</b>	Em estudo	Portaria de Demarcação 361-23.04.2001
Wai Wai	Wai Wai	Caroebe/São João da Baliza/São Luiz do Anauá	405.698	Homologada	Decreto Homologatório S/Nº- 23.06.2003
<b>TOTAL</b>			<b>1.069.473</b>		

Fonte: FUNAI (2003)

Foto 2. Farinha de mandioca



Fonte: autor

Foto 3. Fabricação da farinha



Fonte: autor

Foto 4. Pista de pouso e decolagem na comunidade Jatapuzinho



Fonte: autor

Foto 5. Entrega de gêneros alimentícios à comunidade via aérea



Fonte: autor

A castanha do Brasil é encontrada na Amazônia Legal nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Mato Grosso. Suas amêndoas apresentam alto valor nutritivo e excelente complemento na dieta alimentar humana. Da amêndoa pode-se extrair o óleo e do resíduo da extração pode se obter a torta e o farelo para fins de alimentação humana e animal.

Segundo Tonini et al. (2014) os trabalhos de pesquisa com a castanha do Brasil em Roraima iniciaram-se em 2005 com o projeto da Embrapa denominado “Kamukaia: manejo de produtos florestais não madeireiros na Amazônia” onde este trabalho teve como objetivos reunir as principais informações coletadas a partir deste projeto de pesquisa em estudos de fenologia, estrutura populacional e produção de frutos em castanhais nativos, bem como, caracterizar as comunidades extrativistas e os sistemas de extração praticado nesta região da Amazônia. No sistema praticado pelos indígenas, os castanhais são divididos em pontos de coleta, cuja responsabilidade é entregue a uma família, que lhe dá o nome, porém, existem casos de famílias que, mesmo não sendo responsáveis por pontos de castanhais, acompanham seus parentes nos trabalhos e dividem seus lucros.

Alguns números e informações acerca das comunidades indígenas que compõe os Wai Wai (Tabela 3) podem ser observadas no tocante à, por exemplo, número de famílias, número de habitantes e quantidade de sacos de castanha colhidos, pois esta é a principal atividade agrícola extrativista/coletora das oito (08) comunidades da etnia no estado de Roraima.

Tabela 3. Dados das comunidades indígenas da etnia Wai Wai em Roraima

	Comunidade							
	Catual	Jatapuzinho	Makarará	Anauá	Cobra	Soma	Xarí	Samaúma
Número de famílias	09	41	08	32	09	06	14	05
Número de habitantes	42	329	42	178	50	39	75	22
Quantidade de sacos colhidos de castanha (60 kg)	—	3000	60	3200	200	80	—	—
<b>Total kg (392.400)</b>	—	<b>180.000</b>	<b>3.600</b>	<b>192.000</b>	<b>12.000</b>	<b>4.800</b>	—	—

Fonte: Embrapa (2008)

A medida utilizada na coleta da castanha é o de sacas de 4 a 5 latas, o que equivale a 50 – 60 kg. A medida é referenciada em latas de 20L (12 a 15 kg) onde a produtividade média por dia trabalhado é de 8 latas (110 kg/homem/dia).

O percentual de famílias que trabalham com o extrativismo da castanha varia de 6,4 a 21,7%. Durante a safra de 2010, a produção das comunidades Wai Wai em Roraima foi de 5.247 sacos, o que equivale a, aproximadamente, 231 toneladas de castanha, com uma receita bruta estimada de R\$ 441.000,00. As comunidades de maior produção foram: Anauá, Xari e Jatapuzinho, que somaram 82,7% da produção total. A coleta dos frutos é realizada por um período de três meses, sendo iniciada em maio e encerrada em julho. O tempo médio entre a queda dos frutos e a sua coleta varia de um a quatro meses. O mês de julho é reservado apenas ao transporte castanhal/comunidade/ponto de venda. Verificou-se a necessidade de maior capacitação no planejamento da coleta, bem como, de maior organização das atividades dentro da floresta que pode ser fundamental para o aumento da eficiência e da rentabilidade da atividade extrativista. A parte mais cansativa consiste no transporte das castanhas até a beira do rio (primeiro transporte), que limita a área explorada e diminui o rendimento. Segundo relato dos indígenas, a área explorada nos castanhais é, atualmente de, no máximo, 2 km do rio, indicando que ainda existem grandes áreas a serem exploradas. Após o primeiro transporte, as castanhas são lavadas no rio com a utilização de um paneiro ou jamaxis, sendo novamente ensacadas e armazenadas, sem secar, à beira do rio, onde podem permanecer por até dois meses. Antes de serem ensacadas, todas as sementes chochas, podres e mofadas são descartadas. Esta é uma prática aconselhável, pois, além de evitar o desenvolvimento de fungos e bactérias, evita o transporte de peso desnecessário. A prática de lavar as castanhas e ensacá-las sem a secagem adequada foi identificada como ponto negativo em relação aos bons procedimentos de coleta. Essa conduta é um dos principais responsáveis pela redução na qualidade da castanha, por favorecer a proliferação de fungos. Após a lavagem, a secagem deve ser imediata. O segundo transporte, do rio à comunidade, é realizado via fluvial, com a utilização de canoas construídas pelos próprios indígenas e voadeiras movidas a motores de popa. Nesta etapa, as castanhas são transportadas ensacadas por um período de viagem que varia de quatro a dez horas, dependendo da distância do castanhal. O armazenamento das castanhas, quando realizado, é feito na comunidade, na própria canoa, onde ficam ensacadas pelo período de um dia. O terceiro transporte, realizado da comunidade até o ponto de venda ao atravessador, também é feito por via fluvial, por meio de canoas e voadeiras. O período de viagem varia de três a dez horas, dependendo da localização da comunidade e do ponto de

comercialização. Os indígenas comercializam suas castanhas com atravessadores dos estados do Pará, Acre e Amazonas. Nesse sistema, a remuneração à mão de obra familiar chegou a R\$ 182,03. Com base na produção e nos dias trabalhados, obteve-se uma produtividade média de 3,1 latas (34,1 kg) homem/dia (TONINI et al., 2014).

O fruto (ouriço) pode ser usado como carvão ou utilizado na confecção de artesanato indígena como fonte de renda extra. O estado de Roraima figura nas estatísticas oficiais do IBGE com um produção que pode ser considerada pequena, com média histórica de 899,5 toneladas, correspondente a 2,03% da produção nacional. Os municípios produtores de castanha do Brasil localizam-se no sul do estado, onde se destacam: Caracarái, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Caroebe e Rorainópolis. O extrativismo é praticado por agricultores familiares assentados, ribeirinhos na região do Baixo Rio Branco e por indígenas da etnia Wai Wai em suas TI (Figura 9).

Figura 9. Localidades da região do Baixo Rio Branco e TI da etnia Wai Wai

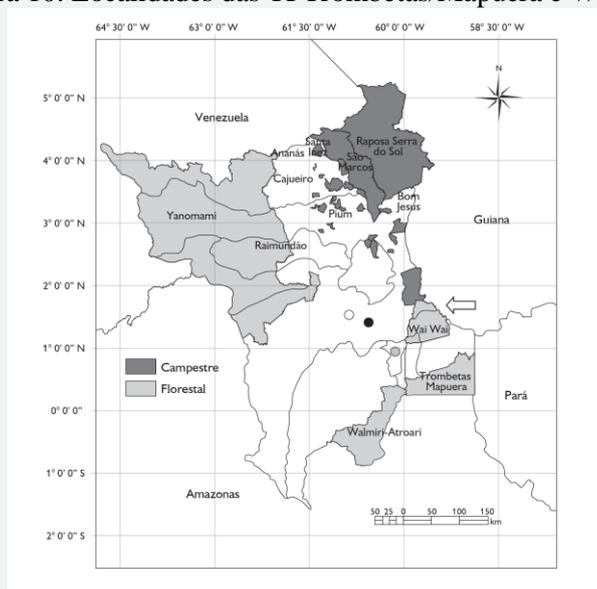


Fonte: FUNAI (2010)

Os indígenas Wai Wai são os principais extrativistas de castanha do Brasil no estado de Roraima. A etnia não corresponde a uma única unidade étnica substancial, englobando 11 etnias, sendo que, entre as principais estão: Hixkariana, Mawaiiana, Karafawaina, Curuma e Xereu. No Brasil, o território Wai Wai reconhece três (03) TI localizadas nos estados do Amazonas, Pará e Roraima, nas TI Nhamundá-Mapuera (Pará), Trombetas/Mapuera

(Amazonas, Roraima, Pará) e Wai Wai (Roraima), conforme figura 10.

Figura 10. Localidades das TI Trombetas/Mapuera e Wai Wai



Fonte: FUNAI (2010)

No caso específico de Roraima, estima-se, por informação pessoal do tuxaua, que as 08 comunidades da etnia Wai Wai respondem entre 900 a 1000 pessoas, onde, na média, devem figurar 90 pais de família, ou seja, uma média de 10 integrantes por família. Algumas dessas comunidades, como é o caso do Jatapuzinho, há rádio comunitária, onde ocorrem informes, notícias e comunicação entre as comunidades, bem como, com os postos da Funai (Foto 6).

Foto 6. Posto da FUNAI



Fonte: autor

Percebe-se a importância que a castanha do Brasil (Fotos 7 e 8) assume na vida e na dinâmica social das comunidades indígenas da etnia Wai Wai, a qual responde, em média, a cada ano, em uma quantidade que varia de 200 a 450 toneladas, em grande parte, essa variação dependente do regime de secas/chuvas e outros fatores climáticos e de manejo dos castanhais. Empiricamente, segundo registro de alguns indígenas, em muitos casos uma simples limpeza

da área ao redor da projeção da copa, aumenta, substancialmente, a quantidade de castanha colhida. Certamente esse aspecto deve estar ligado a uma menor competição das castanheiras por nutrientes, água e incidência solar com a vegetação ao redor das árvores.

Foto 7. Sacas de castanha do Brasil



Fonte: autor

Foto 8. Castanha do Brasil



Fonte: autor

## 6. Principais demandas das comunidades indígenas

Diante do cenário exposto e da descrição da realidade e experiências vivenciadas pelos indígenas da etnia Wai Wai no estado de Roraima, pode-se resumir e afirmar que entre as principais demandas e gargalos enfrentados por eles estão relacionados aos seguintes aspectos: **a)** maiores produtividades em função de técnicas de manejo dos sistemas de produção das culturas principais e secundárias; **b)** no caso da castanha do Brasil uma maior estabilidade de produção em função da variação sazonal no que se refere ao regime hídrico e, em grande parte, à técnicas de manejo dos castanhais; **c)** formas alternativas de rotas para o transporte e logística para fins de comercialização de suas produções, pois, basicamente, todo traslado é realizado em grande parte pela via fluvial, sendo que, em alguns casos, as distâncias variam de 20 a 70 km até a vicinal mais próxima (estrada de terra) que, por sua vez, dará acesso pela via rodoviária até as cidades mais próximas; **d)** a necessidade real de professores e técnicos ‘indígenas’ nas escolas e nos cursos de capacitação para seus pares de

forma que haja uma maior aderência e interação à realidade cultural da comunidade e de pertencimento em termos de aproximação; *e*) a necessidade de um acompanhamento gerencial mais profissionalizado entre os próprios indígenas, pois atualmente, a associação (APIW) encontra-se inadimplente e, com isso, não consegue captar recursos públicos e nem acessar as políticas públicas de comercialização (PAA e PNAE), ainda que nos últimos anos tenha diminuído, sensivelmente, suas dívidas; *f*) tecnologias sociais para o saneamento básico rural e formas alternativas de energia (fotovoltaica e eólica); e *g*) a necessidade urgente da criação de infraestrutura em termos de instalações, no município de Caroebe, de uma cooperativa com uma planta agroindustrial familiar para o processamento mínimo (classificação, secagem, descascamento e embalagem) das castanhas com a finalidade de agregação de valor e criação de marca própria com identidade regional, pois hoje, sabe-se, por informações pessoais e extraoficiais que as castanhas dos indígenas Wai Wai são comercializadas, via atravessadores, nos estados do Amazonas, Pará e Acre sem a identificação de origem.

## **7. Considerações finais**

Da descrição das demandas elencadas percebe-se que as comunidades indígenas ainda necessitam de um grande aporte de apoios e suportes, tanto tecnológicos quanto não tecnológicos para a superação de seus principais gargalos que enfrentam para que ocorram processos de desenvolvimento mais promissores e sustentáveis no sentido mais amplo. Algumas ações e atividades estão sendo realizadas, no entanto, ainda alguns pontos de estrangulamento merecem atenção especial para que as comunidades indígenas tenham mais autonomia e protagonismo social e produtivo, como por exemplo, o acesso a linhas específicas e diferenciadas de comercialização e processos de agroindustrialização com o intuito maior de agregação de valor e reconhecimento de marcas próprias associadas à produção local única de produtos agrícolas, como é o caso, das castanhas do Brasil das comunidades indígenas Wai Wai do estado de Roraima. Para tal, não só as instituições públicas da União tem um papel fundamental nessa construção coletiva, bem como, os mais diversos órgãos e entidades de âmbito estadual e municipal, universidades, ONG's e as organizações sociais da agricultura familiar, em especial, nesse caso, das representações indígenas.

## **Referências Bibliográficas**

EMBRAPA. **Soluções tecnológicas e inovação: a Embrapa no ano internacional da agricultura familiar (AIAF) / Embrapa. – Brasília, DF: Embrapa, 2014, 141p. color. Inclui Separata do Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2014. 1. Agricultura familiar. 2. Pesquisa. 3. Política agrícola. I. Título**

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – IBGE – Censo Agropecuário de 2006 e Censo Demográfico de 2010. Dados Censitários. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.**

SEAPA. **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima. – SEAPA – DEPAG. Dados da região e de produção. Disponível em: < <http://www.seapa.rr.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2014.**

TONINI, H.; LOPES, C. E. V.; BORGES, R. A.; KAMINSKI, P. E.; ALVES, M. S.; FAGUNDES, P. R. O. **Fenologia, estrutura e produção de sementes em castanhais nativos de Roraima e características socioeconômicas dos extrativistas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais 9(2): 399-414. 2014.**